



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL-RN**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**NATAL, 2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-RN**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**NATAL, 2011**

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ANTT- Agência Nacional de Transportes Terrestres  
CGU – Controladoria-Geral da União  
COEN-Coordenao de ensino  
CRET-Comissão Regional de Educao para o Trânsito  
CTB- Código de Trânsito Brasileiro  
DCE- Dispositivo de Conduo de Energia  
DENATRAN- Departamento de Trânsito  
DIDEC- Divisão de Formao, Desenvolvimento e Cultura  
DISEPRO- Divisão de Concursos, Seleo e Processos  
DITRAN- Divisão de Planejamento, Ensino à Distância e Educao para o Trânsito  
DN – Decisão Normativa  
DPRF- Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
EDUCATRAN-Educao para o Trânsito  
IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos renováveis  
ICAIF-Índice das Condioes de Adequaoes e Infra estrutura Físicas  
IN – Instruo Normativa  
LOA- Lei Orçamentária Anual  
MPOG- Ministério do Planejamento , Orçamento e Gestão  
NUAD- Núcleo de Execuo Administrativa  
NUCAP- Núcleo de Capacitao  
NUPROF- Núcleo de Formao, Qualificao e Requalificao Profissional  
OC-Oleoresin Capsicum  
PAE-Plano Anual de Ensino  
PAP- Programa de Atualizao do efetivo Policial  
Port – Portaria  
PPA- Plano Plurianual  
RG – Relatório de gestão  
SEAT- Segurança e Educao ao Alcance de Todos  
SENASP- Secretaria Nacional de Segurança Pública  
SENAT- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte  
SEST- Serviço Social do Transporte  
SPRF- Superintendência de Polícia Rodoviária Federal  
SRP- Sistema de Registro de Preços  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UnED- Unidade de Ensino à Distância

## Índice de tabelas

Tabela I: IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	10
Tabela II: Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....	15
Tabela III: Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais.....	19
Tabela IV: Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	24
Tabela V: Execução física das ações realizadas .....	28
Tabela VI: Dados mais importantes do serviço cotidiano da PRF.....	32
Tabela VII: Calendário de Comandos de Saúde.....	38
Tabela VIII: Programação de Despesas Correntes.....	39
Tabela IX: Programação de Despesas de Capital.....	39
Tabela X: Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	40
Tabela XI: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa UO (A.2.7).....	40
Tabela XII: Despesas por Modalidade de Contratação.....	41
Tabela XIII: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	41
Tabela XIV: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	41
Tabela XV: Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	42
Tabela XVI: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	42
Tabela XVII: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação .....	43
Tabela XVIII: Economia aos cofres públicos através de licitações.....	44
Tabela XIX: Lista de Compras por Licitação.....	45
Tabela XX: Resumo de licitações por modalidade.....	46
Tabela XXI: Índice de Acidentes Comparado.....	47
Tabela XXII: COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS.....	47
Tabela XXIII: Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	48
Tabela XXIV: Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	49
Tabela XXV: Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária.....	49
Tabela XXVI: Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade.....	50
Tabela XXVII: Composição do Quadro de Servidores Inativos .....	50
Tabela XXVIII: Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.....	50
Tabela XXIX: Composição do Quadro de Estagiários.....	50
Tabela XXX: Quadro de custos de Recursos Humanos.....	52
Tabela XXXI: Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva. . .	53
Tabela XXXII: Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	53
Tabela XXXIII: Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	54

Tabela XXXIV: Números de Rotatividade.....	55
Tabela XXXV: Número de capacitações alcançadas mês a mês em 2010.....	56
Tabela XXXVI: Execução dos módulos em quantitativos anuais.....	56
Tabela XXXVII: Movimentação cartorial em 2010.....	59
Tabela XXXVIII: Níveis Salariais do Cargo Policial Rodoviário Federal.....	61
Tabela XXXIX: Níveis salariais dos servidores do Plano Especial de Cargos.....	61
Tabela XL: Transferências efetuadas no exercício.....	62
Tabela XLI: Estrutura de controles internos .....	63
Tabela XLII: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	64
Tabela XLIII: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União. .	66
Tabela XLIV: Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ.....	67
Tabela XLV: Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	68

## Sumário

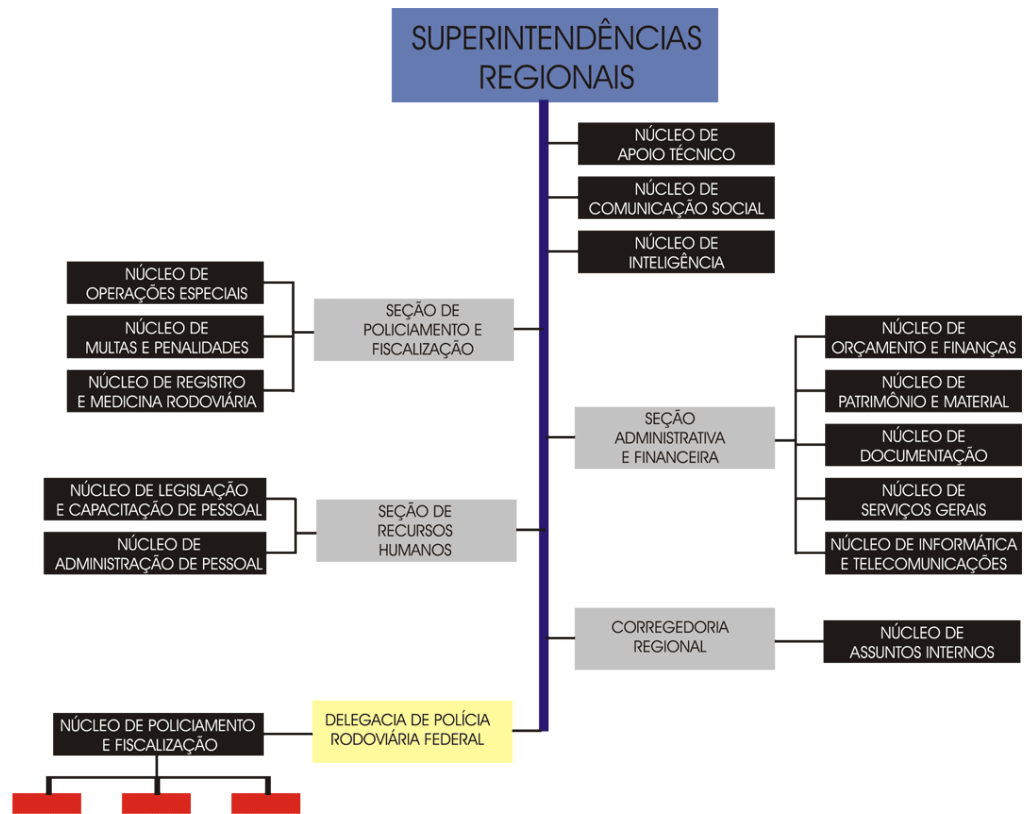
<a href="#">ORGANOGRAMA FUNCIONAL</a> .....	8
<a href="#">INTRODUÇÃO</a> .....	9
<a href="#">A -CONTEÚDO GERAL</a> .....	10
1) <a href="#">IDENTIFICAÇÃO</a> .....	10
1.1) <a href="#">Relatório de Gestão Individual</a> .....	10
2) <a href="#">PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</a> .....	11
2.1) <a href="#">Responsabilidades institucionais</a> .....	12
2.1.1) <a href="#">Competência institucional</a> .....	12
2.1.2) <a href="#">Objetivos estratégicos</a> .....	14
2.2) <a href="#">Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</a> .....	14
2.2.1) <a href="#">Análise do andamento do plano estratégico</a> .....	14
2.2.2) <a href="#">Análise do plano de ação</a> .....	15
2.3) <a href="#">Programas de Governo</a> .....	15
2.3.1) <a href="#">Execução dos Programas de Governo</a> .....	15
2.3.1.1) <a href="#">Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal</a> .....	15
2.3.1.1.1) <a href="#">Ação 1D49 – Construção de edifício-sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal</a> .....	16
2.3.1.1.2) <a href="#">Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal</a> .....	16
2.3.1.1.3) <a href="#">Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades</a> .....	16
2.3.1.1.4) <a href="#">Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação</a> .....	17
2.3.1.1.5) <a href="#">Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária</a> .....	18
2.3.1.2) <a href="#">Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais</a> .....	18
2.3.1.2.1) <a href="#">Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal</a> .....	21
2.3.1.2.2) <a href="#">Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal</a> .....	21
2.3.1.2.3) <a href="#">Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública</a> .....	22
2.3.1.2.4) <a href="#">Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais</a> .....	22
2.3.1.2.5) <a href="#">Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal</a> .....	22
2.3.1.2.6) <a href="#">Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais</a> .....	23
2.3.1.2.7) <a href="#">Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública</a> .....	23
2.3.1.2.8) <a href="#">Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF</a> .....	23
2.3.1.2.9) <a href="#">Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais</a> .....	24
2.3.1.3) <a href="#">Programa 0750 - Apoio Administrativo</a> .....	24
2.3.1.3.1) <a href="#">Ação 2000 – Administração da unidade</a> .....	25
2.3.1.3.2) <a href="#">Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes</a> .....	25
2.3.1.3.3) <a href="#">Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados</a> .....	26

2.3.1.3.4)	<a href="#">Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados</a>	26
2.3.1.3.5)	<a href="#">Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados</a>	26
2.3.1.3.6)	<a href="#">Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais</a>	26
2.3.1.3.7)	<a href="#">Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos</a>	27
2.3.2)	<a href="#">Execução física das ações realizadas</a>	28
2.3.2.1)	<a href="#">Análise crítica</a>	30
2.4)	<a href="#">Desempenho Orçamentário/Financeiro</a>	39
2.4.1)	<a href="#">Programação orçamentária da despesa</a>	39
2.4.1.1)	<a href="#">Programação de Despesas Correntes</a>	39
2.4.1.2)	<a href="#">Programação de Despesas de Capital</a>	39
2.4.1.3)	<a href="#">Quadro Resumo da Programação de Despesas</a>	39
2.4.1.4)	<a href="#">Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa UO (A.2.7)</a>	40
2.4.1.4.1)	<a href="#">Análise crítica</a>	40
2.4.2)	<a href="#">Execução Orçamentária da Despesa</a>	40
2.4.2.1)	<a href="#">Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ</a>	40
2.4.2.1.1)	<a href="#">Despesas por Modalidade de Contratação</a>	40
2.4.2.1.2)	<a href="#">Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa</a>	41
2.4.2.1.3)	<a href="#">Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa</a>	41
2.4.2.1.3.1)	<a href="#">Análise crítica</a>	42
2.4.2.2)	<a href="#">Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</a>	42
2.4.2.2.1)	<a href="#">Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação</a>	42
2.4.2.2.2)	<a href="#">Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação</a>	42
2.4.2.2.3)	<a href="#">Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação</a>	43
	<a href="#">Análise Crítica</a>	43
2.4.3)	<a href="#">Indicadores Institucionais</a>	46
2.4.3.1)	<a href="#">Programa 0663</a>	46
2.4.3.2)	<a href="#">Programa 1386</a>	47
2.4.3.3)	<a href="#">Programa 0750</a>	48
3)	<a href="#">RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS</a>	48
4)	<a href="#">SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</a>	48
4.1)	<a href="#">Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores</a>	48
5)	<a href="#">RECURSOS HUMANOS</a>	49
5.1)	<a href="#">Composição do Quadro de Servidores Ativos</a>	49
5.1.1)	<a href="#">Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010</a>	49
5.1.2)	<a href="#">Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010</a>	50
5.2)	<a href="#">Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</a>	50
5.2.1)	<a href="#">Composição do Quadro de Servidores Inativos</a>	50

5.2.2)	<u>Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010</u>	50
5.3)	<u>Composição do Quadro de Estagiários</u>	50
5.4)	<u>Quadro de custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010</u>	52
5.5)	<u>Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</u>	53
5.5.1)	<u>Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva</u>	53
5.5.2)	<u>Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</u>	53
5.5.3)	<u>Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra</u>	54
5.6)	<u>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</u>	55
5.6.1)	<u>Absenteísmo</u>	55
5.6.2)	<u>Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais</u>	55
5.6.3)	<u>Rotatividade (turnover)</u>	55
5.6.4)	<u>Educação Continuada</u>	55
5.6.5)	<u>Satisfação e Motivação</u>	58
5.6.6)	<u>Disciplina</u>	58
5.6.7)	<u>Desempenho funcional</u>	60
5.6.8)	<u>Níveis Salariais</u>	60
5.6.9)	<u>Demandas Trabalhistas</u>	61
6)	<u>TRANSFERÊNCIAS</u>	62
6.1)	<u>Transferências efetuadas no exercício</u>	62
7)	<u>INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV</u>	63
8)	<u>DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS</u>	63
9)	<u>FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</u>	63
9.1)	<u>Estrutura de controles internos</u>	63
10)	<u>GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS</u>	65
11)	<u>GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO</u>	67
11.1)	<u>Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial</u>	67
11.1.1)	<u>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União</u>	67
11.1.2)	<u>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros</u>	67
11.1.3)	<u>Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ</u>	68
12)	<u>GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)</u>	69
13)	<u>CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</u>	70
14)	<u>RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS</u>	70
15)	<u>DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO</u>	70
15.1)	<u>Deliberações do TCU atendidas no exercício</u>	70
15.2)	<u>Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício</u>	70
16)	<u>RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO</u>	70
16.1)	<u>Recomendações do OCI atendidas no exercício</u>	70
16.2)	<u>Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício</u>	70
B -	<u>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO</u>	71
1)	<u>DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL</u>	72



# ORGANOGRAMA FUNCIONAL



LEGENDA:

- Superintendências Regionais
- Delegacia
- Seções
- Núcleos
- Postos Policiais

## INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010), relativamente ao exercício de 2010. Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2010. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exhibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2010 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração central, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorializado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

FRANCISCO CHARLES LINDEMBERG MAGALHÃES PIRES  
SUPERINTENDENTE REGIONAL

## A - CONTEÚDO GERAL

### 1) IDENTIFICAÇÃO

#### 1.1) Relatório de Gestão Individual

Tabela I: IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça			<b>Código SIORG:</b> 316
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<b>Denominação abreviada:</b> 15ª SRPRF/RN			
<b>Código SIORG:</b> 0316	<b>Código LOA:</b> 00704		<b>Código SIAFI:</b> 200123
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(084) 4009-1560	(084) 4009-1550	(084) 4009-1561
<b>E-mail:</b> sup.m@dprf.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.dprf.gov.br">http://www.dprf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Nascimento de Castro 1540 Lagoa Nova, Cep 59.056-450 Natal/RN			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995,			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
200123	15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
200109		200123	

## 2) PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A gestão do orçamento consignado a 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é concentrada na Unidade Orçamentária localizada no DPRF, Sede sob a condução da Coordenação-Geral de Administração, com a execução efetuada pelas 28 Unidades Gestoras.

A elaboração da proposta orçamentária resulta da identificação e levantamento das necessidades junto às diversas áreas do Departamento a partir das diretrizes estabelecidas pela Administração Central. Reiteradamente os limites consignados ao Órgão são insuficientes para contemplar o atendimento das demandas, conforme restará demonstrado ao final deste capítulo.

Visando otimizar a execução orçamentária, a área administrativa e financeira vem implementando uma série de ações voltadas para a modernização da gestão, especialmente após o início dos trabalhos atinentes ao planejamento estratégico dessa seara de atuação.

Assim, diversas ações estão em andamento, as quais estão conjugadas em 09 objetivos estratégicos, conforme segue:

- Unidades Centralizadoras de Compras: prevê metodologia de centralização de aquisições para atender as demandas de todas as Unidades Gestoras, mediante a utilização do Sistema de Registro de Preços, o que resulta em menor custo de aquisição face ao ganho de escala;
- Comunicação: contempla a revisão dos mecanismos de comunicação entre as unidades do DPRF visando otimizar o tempo de resposta às demandas, bem como reduzir os custos;
- Catálogo de materiais: estabelecimento de catálogo de materiais contemplando, dentre outras informações, a codificação do bem, a descrição sucinta, a descrição detalhada, a especificação técnica, informações sobre estoque e ressuprimento, etc;
- Capacitação: prover a disseminação de conhecimento técnico e gerencial entre os servidores atuantes no ciclo de gestão, visando melhorar os resultados obtidos com a execução do orçamento;
- Planejamento orçamentário: melhoria da metodologia de identificação de necessidade, estimativa de custos, elaboração de projetos e formatação da proposta orçamentária visando subsidiar o encaminhamento das demandas ao Ministério da Justiça;
- Gestão de imóveis: implementar projeto de modernização do acervo de imóveis da Instituição, contemplando aspectos pertinentes a funcionalidade, identificação visual, situação cadastral, condições de operacionalidade, dentre outros;
- Sistema de gestão: adotar ferramenta informatizada de gestão administrativa e de recursos humanos visando centralizar os dados da gestão e digitalizar procedimentos, o que resultará em melhoria do tempo de resposta às demandas da atividade finalística.
- Planejamento Estratégico: instrumentalizar a Instituição dos meios de gestão para o estabelecimento dos parâmetros que vão direcionar a atuação da PRF, na condução da liderança, assim como o controle das atividades.
- Ações para grandes eventos: integrar e articular em conjunto com o Ministério da Justiça, ações de segurança pública para a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

## 2.1) Responsabilidades institucionais

### 2.1.1) Competência institucional

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente, identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural envolvendo também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples

aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas quedemandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública – é almejada a real

segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autossustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

#### 2.1.2) Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos definidos para 2010 foram:

- atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais, estipulada em 60,33 acidentes por 1.000.000 veículos;
- atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais estipulada em 3,232 mortos por 1.000.000 veículos;
- participar elaboração do planejamento estratégico DPRF 2011-2016;
- participar do sistema integrado de gestão;
- participar da elaboração do planejamento estratégico de segurança pública;
- participar da elaboração do planejamento estratégico do Ministério da Justiça
- acompanhar o projeto de reestruturação do DPRF ao MJ/MPOG
- acompanhar o projeto de lei orgânica do DPRF ao MJ/MPOG

#### 2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

##### 2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico

Foi ministrado curso sobre gestão estratégica para lideranças e o Curso Técnico sobre diagnóstico estratégico institucional. Foi realizada a pesquisa de campo através de lideranças internas (Diretor, Coordenadores-Gerais, Superintendentes, etc) e lideranças externas (ANTT, MPOG, DENATRAN, CGU, Min, Transportes, etc)

Ainda, houve o Seminário sobre o Diagnóstico Estratégico Institucional, realizado no final de dezembro de 2010, em Brasília-DF, contando com a presença de todos os Superintendentes Regionais para a elaboração do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, o qual utiliza a metodologia *Balanced Scorecard* alinhada à Gestão por Competências. Como consequência foi apresentado o Mapa estratégico da PRF para 2011-2016, além da Missão, Visão e Valores da Instituição.

### 2.2.2) Análise do plano de ação

As principais estratégias da PRF no ano de 2010 foram:

- capacitação gerencial de todos os chefes de delegacia;
- capacitação de todo efetivo nos módulos de abordagens e tiro;
- maximizar a utilização de radares fotográficos em trechos críticos de acidentes;
  
- execução das obras dos projetos de reforma de postos contratados em 2009;
- capacitação de servidores a fim de habilitar os gestores e técnicos do DPRF a elaborarem o Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica utilizando a metodologia *Balanced Scorecard* alinhada a Gestão por Competências da Polícia Rodoviária Federal.

### 2.3) Programas de Governo

#### 2.3.1) Execução dos Programas de Governo

##### 2.3.1.1) Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Tabela II: Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1386		Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal			
Tipo de programa		Finalístico			
Objetivo geral		Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública			
Objetivos específicos		1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal			
Gerente de programa		Hélio Cardoso Derenne			
Gerente Executivo		Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM			
Indicadores ou parâmetros utilizados		Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas			
Público Alvo		Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
76.257.323	83.472.406	64.136.055	37.507.132	76.257.323	36.490.574
Informações sobre os resultados alcançados					



Indicador: Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/07	56,12	80,00	76,67	63,50
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.						
Análise do Resultado Alcançado						
Devido as restrições orçamentárias o programa não atingiu a meta estabelecida de 76,67%, entretanto para o exercício de 2011 os projetos de reforma das bases operacionais estarão aptos a serem executados, juntamente com a renovação do parque de TI o que poderá reverter a tendência de não atingimento da meta final estabelecida para o PPA 2008-2011 de 80%.						

#### 2.3.1.1.1) Ação 1D49 – Construção de edifício-sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar o DPRF de Edifício Sede, em Brasília - DF, que possua estrutura física compatível à suas funções administrativas e operacionais, no sentido de melhor atender aos seus clientes internos e externos.
Descrição	Edificação do complexo central do DPRF, composto de edifício sede, academia, alojamentos, refeitório e centro de convenções localizada na cidade de Brasília/DF, a ser realizada através de certame licitatório, mediante projeto básico definido pela área de engenharia da Polícia Rodoviária Federal

#### 2.3.1.1.2) Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

#### 2.3.1.1.3) Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.

Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
-----------	--

#### 2.3.1.1.4) Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	<p>Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas.</p> <p>Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.</p> <p>Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	Nutel
RESULTADOS EM 2010	– Relocação da torre do antigo posto de São José de Mipibú/RN para o

	<p>posto de Ceará-Mirim/RN, incluindo a desmontagem e montagem, pintura, substituição de peças, Instalação de novos sistemas irradiante e de segurança (aterramento e pára-raios);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção do sistema irradiante da torre do posto de Campo Redondo/RN e instalação de sistema irradiante na torre do novo posto de São José de Mipibú/RN, realizadas por uma equipe de servidores da 14ª SRPRF/PB;</li> <li>- Instalação e configuração do novo servidor VOIP para Gerenciamento de telefonia fixa (PBX) realizada por uma equipe de servidores do DPRF, modernizando a comunicação telefônica da Regional e reduzindo custos com telefonia;</li> <li>- Continuação do contrato para serviços de redes de dados via Frame Relay;</li> <li>- Nova contratação de telefonia móvel, melhorando a comunicação entre as equipes de policiamento através de planos sem tarifação;</li> <li>- Modernização e renovação dos equipamentos de informática, telefonia e radiocomunicação com a aquisição de: <ul style="list-style-type: none"> <li>- 19 monitores LCD para substituição de monitores CRT inservíveis;</li> <li>- 07 notebooks e 10 microcomputadores ;</li> <li>- 01 servidor de rede de pequeno porte para utilização no sistema de telefonia VOIP;</li> <li>- Switches de rede.</li> <li>- Aparelhos telefônicos VOIP;</li> <li>- 16 Rádios HT para uso nas atividades de policiamento;</li> </ul> </li> </ul>
TOTAL DE DESPESAS EM 2010	R\$ 359.229,58

2.3.1.1.5) Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária

Tipo	Atividade
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

2.3.1.2) Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais

Tabela III: Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA: 0663</b>		<b>Denominação: Segurança Pública nas Rodovias Federais</b>				
Tipo de programa		Finalístico				
Objetivo geral		Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito				
Objetivos específicos		<p>Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal</p> <p>Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal</p> <p>Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública</p> <p>Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais</p> <p>Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal</p> <p>Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais</p> <p>Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública</p> <p>Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF</p> <p>Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais</p>				
Gerente de programa		Hélio Cardoso Derenne				
Gerente Executivo		Alvarez Simões Filho				
Indicadores ou parâmetros utilizados		Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de Segurança nas Rodovias Federais.				
Público Alvo		Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$	
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
326.344.554	701.823.554	581.417.088	377.501.444	193.958.995	344.439.284	
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Taxa de mortalidade nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	02/01/2007	1,51	1,35	1,40	1,29
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						

O Indicador TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES alcançou **98,40%** e o Indicador TAXA DE MORTALIDADE **99,72%**.

A força de trabalho (efetivo), que a cada período reduz, principalmente por conta das aposentadorias, e a dotação orçamentária abaixo da necessária são os maiores óbices ao atingimento de todas as metas do Programa, principalmente quanto a ocorrência de acidentes. O quadro atual de cargos é de 13.098 policiais, sendo que há 9.181 preenchidos.

As notificações das imposições de penalidade continuam sem serem enviadas. O crédito suplementar embora liberado não pode ser executado por falta de limite de empenho. Esse fato, além de frustrar a arrecadação e contribuir para a sensação de impunidade por parte dos infratores, impactará negativamente a Ação 86A1.

A movimentação de efetivo a fim de reforçar as operações sazonais continuaram restando prejudicadas, em face da falta de recursos. Embora o produto da Ação 2723 (Procedimentos Realizados) tenha alcançado **141%** de cumprimento da meta, a falta de recursos impediu a movimentação necessária a fim de permitir otimizar o trabalho operacional (Procedimento certo no lugar certo). Ressalta-se que quase a totalidade desses Procedimentos se referem a ação fiscalizadora preventiva.

Continua pendente a aprovação da reestruturação do DPRF, pois os atuais cargos e funções de chefia estão aquém das demandas do órgão. O Processo para tal fim continua no Ministério do Planejamento, aguardando o aceno da Casa Civil para o encaminhamento final.

Indicador: Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Unidade	02/01/2007	27,20	25,50	26,00	27,13

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.

Análise do Resultado Alcançado

O Indicador TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES alcançou **98,40%** e o Indicador TAXA DE MORTALIDADE **99,72%**.

A força de trabalho (efetivo), que a cada período reduz, principalmente por conta das aposentadorias, e a dotação orçamentária abaixo da necessária são os maiores óbices ao atingimento de todas as metas do Programa, principalmente quanto a ocorrência de acidentes. O quadro atual de cargos é de 13.098 policiais, sendo que há 9.181 preenchidos.

As notificações das imposições de penalidade continuam sem serem enviadas. O crédito suplementar embora liberado não pode ser executado por falta de limite de empenho. Esse fato, além de frustrar a arrecadação e contribuir para a sensação de impunidade por parte dos infratores, impactará negativamente a Ação 86A1.

A movimentação de efetivo a fim de reforçar as operações sazonais continuaram restando prejudicadas, em face da falta de recursos. Embora o produto da Ação 2723 (Procedimentos Realizados) tenha alcançado **141%** de cumprimento da meta, a falta de recursos impediu a movimentação necessária a fim de permitir otimizar o trabalho operacional (Procedimento certo no lugar certo). Ressalta-se que quase a totalidade desses Procedimentos se referem a ação fiscalizadora preventiva.

Continua pendente a aprovação da reestruturação do DPRF, pois os atuais cargos e funções de chefia estão aquém das demandas do órgão. O Processo para tal fim continua no Ministério do Planejamento, aguardando o aceno da Casa Civil para o encaminhamento final.

Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	01/01/2007	65,00	80,00	76,00	Sem apuração

Fórmula de Cálculo do Índice

Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.

Análise do Resultado Alcançado

O Indicador Sensação (Percepção) de Segurança, por restrições orçamentárias/financeiras para aquisição de meios e movimentação de pessoal, o Indicador ainda não foi aferido. Pretende-se fazê-lo no início do exercício 2011.

2.3.1.2.1) Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	Nutel
RESULTADOS EM 2010	- Manutenção / Aferição do equipamento tipo radar fotográfico.
TOTAL DE DESPESAS EM 2010	R\$ 6.800,00

2.3.1.2.2) Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Policia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que

	desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.
--	--

#### 2.3.1.2.3) Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.

#### 2.3.1.2.4) Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

#### 2.3.1.2.5) Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como

	encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

#### 2.3.1.2.6) Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

#### 2.3.1.2.7) Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

#### 2.3.1.2.8) Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas



	de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
--	--

### 2.3.1.2.9) Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.

### 2.3.1.3) Programa 0750 - Apoio Administrativo

Tabela IV: Programa 0750 - Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo					
<b>Código no PPA: 0750</b>		<b>Denominação: Apoio Administrativo</b>			
Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais			
Objetivo geral		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos			
Objetivos específicos		Ação 2000 – Administração da Unidade  Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes  Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados  Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados  Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados  Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais  Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos			
Gerente de programa		Não Existe			
Gerente Executivo		Não Existe			
Indicadores ou parâmetros utilizados		Não Existe			
Público Alvo		Governo			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
52.387.117.434	52.955.516.078	51.975.320.824	50.867.061.604	1.273.750.915	50.560.368.301
Informações sobre os resultados alcançados					
Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e					

transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente.

De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos,

#### 2.3.1.3.1) Ação 2000 – Administração da unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e af ins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>

#### 2.3.1.3.2) Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

### 2.3.1.3.3) Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

### 2.3.1.3.4) Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

### 2.3.1.3.5) Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.

### 2.3.1.3.6) Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

2.3.1.3.7) Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental..
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.

## 2.3.2) Execução física das ações realizadas

Tabela V: Execução física das ações realizadas

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
6	181	663	2B11	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Eq. mantido	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	128	663	2524	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Servidor capacitado	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	603	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	183	663	2720	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Ação realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	663	2723	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Procedimento realizado	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	75	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	183	663	2816	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Operação realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	Operações de inteligência realizadas NUINT	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	663	4290	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Pessoa atendida	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	128	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	663	86A1	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Multa processada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	452	663	8692	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Pessoa capacitada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	10096	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	301	750	2004	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Pessoa beneficiada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
4	365	750	2010	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Criança atendida	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
4	331	750	2011	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Servidor beneficiado	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
4	306	750	2012	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Servidor beneficiado	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200C	Atividade	4-Nenhuma	Veículo	A meta física prevista	1	A meta física a ser realizada em 2011

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
					prioridade	adquirido	atualmente é apenas p/ o órgão central		atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200G-0001	Atividade	3-outras prioridades	obra realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200G-0052	Atividade	3-outras prioridades	obra realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200G-0062	Atividade	3-outras prioridades	obra realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200G-0066	Atividade	3-outras prioridades	obra realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200G-0068	Atividade	3-outras prioridades	obra realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	8623	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Unidade reformada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	8623-0058	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Unidade reformada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	8623-0060	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Unidade reformada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	8696	Atividade	4-Nenhuma prioridade	% execução financeira	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	122	1386	1D49	Projeto	4-Nenhuma prioridade	% execução financeira	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central
6	301	750	20CW	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Servidor beneficiado	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central

### 2.3.2.1) Análise crítica

- AÇÃO 2524

Em 2010 foram realizadas ( 106 ) cento e seis ações de treinamento e desenvolvimento tendo a participação de ( 603 ) seiscentos e três servidores. Em 2009 foram (77) setenta e sete e (703) setecentos e três servidores

Em termos absolutos houve um incremento de 37,77% ( $106 \cdot 100 / 77$ ) - nas ações de Treinamento e Desenvolvimento e uma redução de -14,22% ( $603 / 703$ ) de servidores a menos capacitados -. Uma explicação para a redução se dá pela não mais contabilização das operações temáticas como ações de desenvolvimento, especificamente as gestadas com orçamento da área operacional, impactando nesse caso negativamente na leitura estatística.

Em termos absolutos, com relação aos recursos disponíveis para a regional - exercício 2010, e descentralizados pela sede em Brasília/DF, houve um incremento de 202,25% ( limite disponibilizado =R\$11.567,12 – versus valor realizado em 2010 = R\$34.961,83 - Em 2009 houve um incremento de 108,50% ( limite disponibilizado = R\$8.427,88 – valor realizado em 2009 = R\$17.572,33).

O gestor da ação em 2010, gerenciou ou propôs conjuntamente com a Coordenação de Ensino-COEN, um montante de investimento em valores totais no percentual de 85,65% a mais ( 2010 =R\$238.220,00 - 2009 = R\$128.321,68 ).

A gerência efetiva da ação em 2010 foi de apenas 14,67% (R\$238.220,00 – R\$34.961,83), sobre os recursos investidos. Já em 2009 este percentual ficou na ordem de 13,69% ( R\$128.321,68 – R\$17.572,33). Observando-se portanto uma maior participação ou descentralização na disponibilização dos recursos por parte da administração central para com esta desconcentrada.

Entendemos que o incremento nas ações de treinamento e desenvolvimento foi um fato a ser destacado, apesar de termos encontrado vários obstáculos na execução das atividades, em especial o baixo efetivo, que recai da dificultada de liberação dos servidores por não ter quem lhe substitua nas atividades diárias, quando estes estão ou deveriam estar trabalhando / prestando serviço a sociedade, fora a ínfima e restrita disponibilidade orçamentária descentralizada.

- AÇÃO 2723

A Regional optou por enfatizar a realização de operações especiais de curta duração, atingindo vários pontos do estado, especialmente aqueles trechos onde a presença da instituição é reduzida, devido às dificuldades de efetivo e viaturas. Tivemos durante o ano de 2010 um quantitativo de 75 operações, incluindo as operações do calendário nacional do DPRF, e em 2009 foram realizadas 78 Operações , ou seja, tivemos um pequeno decréscimo de 3,8% no número de Operações.

Visando atender as diretrizes da Portaria 030/2009-DG/DPRF que estabelece Indicadores de Desempenho para as Unidades Regionais e nova metodologia de Avaliação de Desempenho Individual do efetivo operacional do DPRF, a 15ª SRPRF publicou a Portaria 199/2009-GAB/15 de 30 de Novembro de 2009, que determina a meta para cada servidor a cada 24 horas de serviço de 14 veículos fiscalizados, 4 consultas indivíduos (Infoseg) e 4 testes de etilômetro. Foram realizadas pesquisas por amostragem de Percepção de Segurança junto aos usuários abordados pelos PRF's no período de Janeiro a Dezembro de 2010. Mais de 2000 (dois mil) usuários foram ouvidos e a pesquisa teve como resultado médio final 9,33 (sendo 9,24 no item Urbanidade, 9,50 no item Apresentação Individual e 9,26 no item Clareza na Informação). Os resultados foram considerados bastante satisfatórios.

A partir da análise dos dados comparativos em relação ao exercício 2009, durante o mesmo período de 2010 observamos diminuição dos resultados em algumas áreas e aumento em outras. Passaremos a seguir a avaliar a atuação operacional da 15ª SRPRF/RN através da perspectiva do Planejamento Operacional 2010, considerando sua diretriz fundamental e seus objetivos primários, quais sejam: PROMOVER A SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS DO RN (Diretriz), aumentando a Segurança do Trânsito (Objetivo) e o Combate à Criminalidade nas Rodovias Federais (Objetivo).

A tabela abaixo compara os dados mais importantes do serviço cotidiano da PRF nos anos de 2009 e 2010.



	Apreensão de Animais Soltos na Rodovia	1054	1368	29,79%
	CRLV's Recolhidos	6956	4757	-31,61%
	Crimes de Trânsito	763	882	15,60%
<b>Combate a Criminalidade (Apreensões)</b>	Pessoas Consultadas*	29285	49253	68,19%
	Disco compacto (un)	154738	2050	-98,68%
	Cigarros (Pacotes)	11127	0	-100,00%
	Equipamentos Eletrônicos e Informática (un)	699	1125	60,94%
	Armas de Fogo	51	74	45,10%
	Munições	754	1983	163,00%
	Pessoas Detidas	1224	1370	11,93%
	Combustível Recurado (L)	460	0	-100,00%
	Veículos Recuperados	103	107	3,88%
	Carvão (m3)	32	10	-68,75%
	Madeira (m3)	4152	478	-88,49%
	Pescados (kg)	1706	0	-100,00%
	<b>Combate ao Tráfico de Drogas</b>	Cocaína Apreendida (g)	33535	3682
Maconha (g)		9732	76245	683,45%
Crack (g)		12368	30253	144,61%
<b>Crianças / Adolescentes</b>	Criança Encaminhada	8	7	-12,50%
	Adolescente Apreendido	63	25	-60,32%
<b>Outros Serviços</b>	Auxílios a Usuários	1351	677	-49,89%
	Auxílios a Outros Órgãos (DER, Ibama, PF, etc)	233	194	-16,74%
	Serviços de Escolta, inclusive a Autoridades	154	125	-18,83%
	Palestras sobre Educação para o Trânsito (número de participantes)	4672	9276	98,54%

\* Dados obtidos a partir da implementação da Portaria 030/2009-DG/DPRF  
Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

Tabela VI: Dados mais importantes do serviço cotidiano da PRF

- Da Segurança no trânsito

Praticamente todas as ações desenvolvidas na área operacional tem como objetivo último a redução do número de acidentes de trânsito e do número de vítimas (mortes e feridos), mesmo as ações de combate a criminalidade tem como efeito secundário um impacto na redução de acidentes de trânsito, uma vez que são ações de policiamento ostensivo desenvolvidas ao longo da rodovia, e na maioria destas ações também realizamos a fiscalização de trânsito como pano de fundo da ação de combate a criminalidade. Ocorre ainda que a imagem da PRF está intimamente ligada à de uma polícia especializada de trânsito, mesmo que que atue constantemente no combate a criminalidade.

Dada a relevância do tema e a importância da questão para a instituição, no nosso Planejamento Operacional 2010, tomamos como um dos dois objetivos fundamentais “Aumentar a segurança do trânsito nas rodovias federais”, reduzindo o índice de acidentes e criminalidade.

Como se pode observar optamos por adotar um parâmetro mais real do que a simples redução do número de acidentes, haja vista os diversos fatores que contribuem para a ocorrência dos acidentes de trânsito, dos quais poderíamos citar: o crescimento da frota no estado, a incidência maior ou menor de chuvas na região, obras de recuperação nas rodovias, melhor poder aquisitivo da população.

Segundo dados do DENATRAN ([www.denatran.gov.br](http://www.denatran.gov.br)) a frota de veículos licenciados no país era de 59,36 milhões no final de 2009 e 64,8 milhões no final de 2010, já segundo os dados do DETRAN/RN ([www.detran.rn.gov.br](http://www.detran.rn.gov.br)) a frota de veículos licenciados no Rio Grande do Norte era de 698.724 veículos em 2009 e 787.105 veículos em 2010, o que representa um aumento de 12,65%, número bem superior ao aumento da frota nacional (9,16%).

A partir dos dados coletados, verificamos que a percentagem de mortes em relação ao total de vítimas aumentou de 7,53% em 2009 para 8,72% em 2010. Dentre os fatores contribuintes para esta aumento, apesar da intensificação do uso do etilômetro, podemos citar a deficiência da sinalização das vias em alguns trechos, assim como a quantidade de obras nas rodovias, principalmente nos locais críticos de ocorrências de acidentes. Apesar disto, demonstramos o esforço desta regional no tocante a vitimização nos acidentes com o aumento de quase 60% nos testes de etilômetro realizados. É importante também registrar um aumento de quase 30% de animais recolhidos que, sem sombra de dúvida, quando soltos na rodovia ocasionam acidentes.

Preocupada com o número de acidentes que vêm sendo registrados nas rodovias federais do estado do Rio Grande do Norte, bem como com os custos econômicos e sociais deles decorrentes, a 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal tem feito gestão junto ao DNIT com o objetivo de melhorar a engenharia da rodovia e assim, melhorar as condições da via. Esta reivindicação teve início em 2008 com o trabalho realizado pela **Comissão de Estudo e Levantamento de Trechos Críticos da Malha Viária** do Rio Grande do Norte – CELMV/RN, com o objetivo de levantar os pontos críticos e as principais causas de ocorrência de acidentes no nosso estado, este estudo foi encaminhado ao DNIT e ao MPF, de modo que, intervenções sejam feitas nas vias onde os problemas foram detectados, e assim possa trazer uma melhor segurança aos usuários.

- Combate à Embriaguez ao Volante

A 15ª SRPRF/RN já desenvolve há alguns anos um trabalho incisivo de combate à embriaguez ao volante, através de operações específicas de fiscalização do teor de álcool no sangue em condutores suspeitos, especialmente nos dias e horários de maior incidência deste tipo de problema, através dos chamados Comandos de Bafômetro, nome comum do “Etilômetro”, equipamento que mede o teor de álcool no ar alveolar. Estas operações que tinha mais ênfase nos períodos de alta estação como os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, com o advento da lei 11.705 de 19 de junho de 2008, conhecida popularmente como “Lei Seca”, essas ações são realizadas durante todo o ano, independente da estação. Foram desenvolvidas diversas operações com o objetivo de combater especificamente a embriaguez alcoólica, com bons resultados, inclusive com boa repercussão na mídia local.

Com a implantação da Portaria 030/2009-DG/DPRF, a fiscalização com o Etilômetro foi inserida no cotidiano, inclusive, com metas predeterminadas sendo fiscalizados condutores independente de apresentarem sintomas de embriaguez, de modo a reforçar a conduta positiva e reprimir a conduta negativa de modo a evitar acidentes e vítimas nas rodovias federais.

No ano de 2010 foram registradas 1415 autuações por embriaguez ao volante, sendo que em 2009 foram 974, o que implica um aumento de 45,28%. Foram realizadas 882 prisões por Crimes de Trânsito em 2010 (a maioria do Art. 165 do CTB – Dirigir sob efeito de Álcool). O ano de 2009 teve 763 prisões pelo mesmo motivo, o que implica o aumento de cerca de 15,6% e foram realizados 41704 testes de etilômetro em 2010, contra 26.288 em 2009, quase 60% de aumento em relação ao ano de 2009.

- Ações de Fiscalização de Trânsito e do Policiamento Ostensivo

Como já citado anteriormente, o aumento do número de imagens geradas por radar estático, que em 2009 foi de **29.405** imagens de veículos que ultrapassaram o limite de velocidade da via, enquanto que em 2010 foram registradas **apenas 8.933**, ou seja, uma forte diminuição de 69,62% em relação a 2009 decorrente da inoperância do equipamento por problemas de manutenção durante boa parte do ano. Resultado este que dificultou o controle da velocidade nas rodovias deste estado.

Fazendo uma análise dos indicadores, observa-se que as ações de treinamento do efetivo citado no início deste relatório, quando trata do direcionamento das ações, contribuiu diretamente para a melhoria dos resultados, principalmente concernente às fiscalizações específicas. Outro fato a observar, foi o aumento do número de autuações do CTB, principalmente as de embriaguez ao volante e as infrações de excesso de velocidade. Apesar das ações de treinamento em geral, demandar um certo tempo, e compromete em parte a atividade operacional, ela traz motivação com resultados imediatos consideráveis.

Junto às ações de fiscalização também trabalhamos na educação para o trânsito, através de palestras dirigidas ao público em geral, sejam estudantes da rede pública e privada, sejam motoristas profissionais de empresas, como a Eletrobrás, Atrevida Ltda, Honda, AMBEV, entre outras, além da participação em eventos relacionados à promoção da segurança do trânsito, atingindo um público de 9.276 pessoas, um aumento de aproximadamente 100%.

Esse trabalho resultou numa maior aproximação da instituição dos cidadãos e uma maior compreensão por parte destes acerca da importância do trabalho desenvolvido pela PRF para a segurança pública, trazendo-os a colaborar com este trabalho, conscientizando-os de seus direitos e obrigações como membros da coletividade, influenciando de forma positiva quanto a visibilidade, num verdadeiro exercício de cidadania.

Foram realizados 03(três) comandos médicos, atendendo a aproximadamente 150 (duzentos) motoristas profissionais. Os mesmos receberam orientações importantes sobre as condições de saúde, trata-se de um trabalho preventivo que tem como objetivo principal evitar acidentes nas rodovias.

- Operações de Reforço de Policiamento

No ano de 2010 foram realizadas várias operações que objetivou o reforço de policiamento visando o atendimento das demandas locais das Delegacias da regional, como os carnavais fora de época, eventos esportivos, as festas populares, além das operações do calendário nacional e outros eventos menores que se realizam em todo o estado.

Estes eventos produzem reflexos no trânsito das rodovias federais, demandando um reforço nas escalas de serviço, cujo efetivo é insuficiente para atender sequer o patrulhamento ostensivo do dia-a-dia, e o reforço trás uma melhor percepção de segurança por parte dos usuários da via.

- Combate a criminalidade e das operações especiais

A Polícia Rodoviária Federal vem direcionando sua atuação também para o combate à criminalidade, através das operações especiais desenvolvidas pelo Núcleo de Operações Especiais da SPF, em conjunto com as Delegacias da regional. Com o vigor da Portaria 030/2009-DG/DPRF e da Legislação, principalmente o MPO 006/2009, houve um redirecionamento a partir de Julho/09 para o combate aos Crimes de Trânsito (Embriaguez ao volante).

Durante o exercício de 2010 e tendo em vista o aumento do tráfico de drogas e as conseqüências negativas que este traz para a sociedade, houve uma intensificação no combate ao tráfico de entorpecentes e drogas afins em nosso Estado, principalmente através do Núcleo de Operações Especiais.

Foram encaminhados aos Estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul alguns policiais para visualizarem e operarem na fronteira do Brasil com a Bolívia no combate ao tráfico de drogas, durante operações temáticas de Combate ao Narcotráfico, denominadas SENTINELA e OTENARCO desenvolvidas pela Divisão de Combate ao Crime, nos dois últimos anos.

O objetivo foi replicar na 15ª Superintendência Regional o modelo visto naquela oportunidade, já que contamos com um instrutor do assunto e alguns bons policiais com experiência na área.

Durante essas ações foi possível capacitar alguns policiais rodoviários federais, e realizar várias apreensões de drogas, cerca de 3,6kg de pasta de base de cocaína e aproximadamente 76,245kg de maconha e 30,253kg de crack, salientando que houve um aumento de 683,45% de maconha e 144,61% de crack, além de identificar o "modus operandi" dos "mulas" e principalmente o perfil do traficante.

Além de todas essas ações foram realizadas 10 escoltas a várias autoridades, dentre elas destacamos a Escolta do Presidente da República, Presidente do STF, o Comandante do Exército, Bill Clinton, entre outras. Foram também realizadas 114 escoltas de cargas super-dimensionadas ou indivisíveis.

Levando-se em conta a participação dos servidores das Delegacias/15 e do NOE/15 em Operações de outras regionais como: Sentinela, Sentinela Rio, Tempestade no Sertão, Zurupari-Recunhau-MA, Lothur e Imperatriz, dificultando a execução do policiamento ostensivo conforme o planejamento regional, e, conseqüentemente, o cumprimento do Cartão Programa. Houve, também, algumas operações de apoio a outros órgãos como: Op. de combate a Exploração Infanto Juvenil e Arcanjo (em parceria com o Ministério Público Estadual e Policia Civil).

- Operações Realizadas e Resultados

Considerando o número insuficiente de policiais disponíveis, esta regional optou por desenvolver operações especiais de curta duração em várias localizações diferentes de modo a aumentar sua presença em todos os trechos de rodovia federal do estado, buscando aumentar a percepção de segurança dos usuários destas rodovias.

Esta movimentação de policiais e viaturas visa ainda gerar uma sensação oposta nos criminosos que utilizam as rodovias, ou seja, uma sensação de segurança, de incerteza da presença da polícia, visto que esta presença tem se verificado de forma inopinada e constante, mesmo que numa frequência abaixo do desejado e necessário.

Durante estas operações na região do alto-oeste, do seridó e no vale do Açú, nas divisas do estado do RN com o Ceará e a Paraíba, bem como, nos serviços de rotina do NOE e das Delegacias, logrou-se bons resultados, principalmente, no combate ao crime, com um aumento em relação ao ano de 2009 de 11,93% de pessoas detidas, 3,88% de veículos recuperados, 45,10% de armas de fogo e 163% de munições apreendidas.

Destacamos, ainda, que foram intensificadas fiscalizações na circunscrição da 4ª delegacia, região que tem um histórico de assaltos a ônibus, tendo uma influência direta e eficiente no combate a este tipo de crime na BR-304, já que não houve registro de assaltos a ônibus nesta região no ano de 2010.

- Combate a Exploração Sexual Infanto-juvenil

A 15ª Superintendência Polícia Rodoviária Federal procurou combater preventivamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias.

Vale destacar que a Polícia Rodoviária Federal foi convocada para participar do esforço do poder público diretamente interessado no combate à criminalidade como um todo, porém, no que diz respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias federais esta 15ª Superintendência Regional/RN desenvolveu ações de enfrentamento realizadas em parceria com os Órgãos Públicos, Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.

Durante o ano de 2010 foram encaminhados 7 crianças / adolescentes que haviam sido explorados sexualmente ou estavam em situação de risco.

- Dos Esforços

É importante registrar que no ano de 2010, esta Superintendência, através da Seção de Policiamento e Fiscalização, procurou a Promotoria da Infância e Juventude, objetivando realizar trabalhos que viessem a combater, mesmo que de forma preventiva, esta modalidade criminosa tão nociva a sociedade. Sugerindo que em parceria com as promotorias públicas dos diversos municípios por onde as rodovias federais passam fossem encaminhadas **notificações a proprietários ou responsáveis pelos Pontos** abordados/levantados em 2009, uma vez que este trabalho que fora realizado no ano de 2008 teve conseqüências positivas.

- Termos e Boletins Circunstanciados de ocorrência – TCO e BOC

Dando continuidade ao termo de cooperação Técnica firmado entre a 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público Federal, a 15ª Superintendência Regional confeccionou durante o ano de 2010, 253 (duzentos e cinquenta e três) TCO's superiores em 143,3% ao ano anterior, no qual foram confeccionados 104 (cento e quatro) TCO's.

- AÇÃO 4290

Houve uma melhora na qualidade e na produtividade das ações realizadas ao longo do ano, Não houve dificuldades quanto à disponibilidade de materiais necessários à execução em

vista do maior aporte de recursos que possibilitou a aquisição de mais equipamentos e materiais, com o custo de R\$ 35.852,15, quais sejam:

1. Aparelho para exame de acuidade auditiva e visual (Raizamed) 02
2. Oxímetro portátil 02
3. Aparelho de avaliação de gordura corporal 02

Em parceria com o SEST/SENAT – RN e Secretarias de Saúde dos Municípios de Mossoró/RN e São José de Mipibu/RN, foram realizados comandos de saúde nas rodovias, seguindo diretrizes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal-DPRF. Os recursos utilizados no pagamento de diária aos policiais que executaram as ações referentes aos comandos de saúde em Mossoró somaram R\$ 3.355,63.

Dos quatro comandos previstos para 2010, apenas três foram realizados. O comando previsto para o mês de setembro de 2010 foi cancelado em virtude das questionáveis restrições impostas pelo período eleitoral.

Os comandos de saúde foram realizados, segundo o calendário abaixo:

Tabela VII: Calendário de Comandos de Saúde

<b>DIA</b>	<b>LOCAL</b>	<b>MOTORISTAS AVALIADOS</b>
14/04/10	Km 38 da BR 304-Posto São Cristóvão – Mossoró RN	35
30/06/10	Km 115 da BR 101-Posto Copacabana – São José de Mipibu	24
24/11/10	Km 034 da BR 304- Shopping do Caminhoneiro – Mossoró/RN	69

- AÇÃO 8692

As Ações Educativas foram suspensas por quatro meses, entre julho e outubro, devido as restrições do período eleitoral, por isso a meta física não foi alcançada. Esse foi o maior motivo de a meta física não ter sido ultrapassada.

Na busca constante da redução do número de acidentes automobilísticos e das suas conseqüências sócio-econômicas, apresentamos relatório de atividades da Comissão Regional de Educação para o Trânsito (CRET/15) em 2010. A referida comissão foi instituída pela portaria nº 158 de 30/09/2009 da 15ª SRPRF. As atividades encontram-se relacionados abaixo e consumiram R\$ 5.278,74 em diárias pagas aos policiais que executaram as ações fora da grande Natal.

Dentre as atividades realizadas no presente exercício cabe apresentar algumas iniciativas como os projetos de palestras e exposições de Educação para o Trânsito em escolas, empresas, etc; com os temas : Direção Defensiva e Lei Seca, Trânsito Cidadão, Educação para o

Trânsito , Cuidados no Trânsito , Trânsito ,Segurança no Trânsito , Cinto de Segurança e Cadeirinha , Semana Nacional de Trânsito.

#### 2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

##### 2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200109

##### 2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Tabela VIII: Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	1959165733	1918964667	0	0	288.700.814	336.531.820	
	PLOA	1.959.165.733	1918964667	0	0	193.446.850	217.553.595	
	LOA	1.959.165.733	1918964667	0	0	185.102.742	217.803.595	
CRÉDITOS	Suplementares	9.900.000	256.340.000	0	0	58.183.993	75.463.316	
	Especiais	Abertos	0		0	0	10.000	
		Reabertos	0		0	0	0	
	Extraordinários	Abertos	0		0	0	0	
		Reabertos	0		0	0	0	
	Créditos Cancelados	0		0	0	-6.385.000	-4.100.000	
Outras Operações	0		0	0	0			
<b>Total</b>		<b>1.969.065.733</b>	<b>2.175.304.667</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>236911735</b>	<b>289.166.911</b>	

##### 2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Tabela IX: Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	109.779.370	169.320.949	0	0	0	0	
	PLOA	26.633.400	36.530.661	0	0	0	0	
	LOA	48.483.400	60.692.984	0	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	34.485.000	9.870.000	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0		0	0	0	0
		Reabertos	0		0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0		5.501.000	0	0	0
		Reabertos	0		0	0	0	0
	Créditos Cancelados	-25.501.000	-5.684.917		0	0	0	
Outras Operações	0		0	0	0	0		
<b>Total</b>		<b>57.467.400</b>	<b>64.878.067</b>	<b>5.501.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

##### 2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas



Tabela X: Quadro Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.247.866.547	2.255.496.487	109.779.30	169.320.949	0		
	PLOA	2.152.612.583	2.136.518.262	26.633.400	36.530.661	28.601.553	47.364.825	
	LOA	2.144.268.475	2.136.768.262	48.483.400	60.692.984	28.601.553	47.364.825	
CRÉDITOS	Suplementares	68.083.993	331.803.316	34.485.000	9.870.000	0		
	Especiais	Aberto	10.000		5.501.000		0	
		Reabertos	0		0		0	
	Extraordinário	Aberto	0		0		0	
		Reabertos	0		0		0	
	Créditos Cancelados	-6.385.000	-4.100.000	-25.501.000	-5.684.917	0		
Outras Operações	0		0		0			
<b>Total</b>		<b>2.205.977.468</b>	<b>2.464.471.578</b>	<b>62.968.400</b>	<b>64.878.067</b>	<b>28.601.553</b>	<b>47.364.825</b>	

## 2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa UO (A.2.7)

Tabela XI: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa UO (A.2.7)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109 DPRF		19322,24		3.270.095.87
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109 DPRF		1462702,39		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

## 2.4.1.4.1) Análise crítica

Cabe mencionar que não somos Unidade Gestora. Razão pela qual não participamos de forma direta da elaboração da proposta orçamentária, a Unidade Orçamentária alocou os créditos orçamentários, de acordo a prioridade das demandas apresentadas, ou seja, procurou assegurar as dotações necessárias para a manutenção da Unidade. Assim, a realização dos investimentos tão necessários à modernização e aparelhamento da PRF dependeu sobremaneira da concessão de crédito adicional.

## 2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

## 2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

## 2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela XII: Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Convite	0	49373,72	0	30300
Tomada de Preços	46.934,37	0	46.934,37	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	2.49.378,39	2027816,24	1.371.460,99	1658174,28
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa/cotação eletrônica	288.249,07	376933,1	224.375,13	311596,5
Inexigibilidade	15.755,00	55168,67	13.883,00	332004,1
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	1.740,00	0	1.740,00	0
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha		0		0
Diárias	689.030,56	899960,13	689.030,56	899960,13
<b>Outros</b>				

## 2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela XIII: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
08-Outros benefícios assistenciais	8852,04	19322,24	8852,04	19322,24	0	0	8852,04	19322,24
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
14- diárias	689.030,56	899960,31	689030,56	899960,31	-	-	689030,56	899960,31
30- material consumo	839014,26	764911,76	564069,59	671742,61	274944,67	9316915	564069,59	22213,94
33. passagens e desp. locomoção	117515,04	193161,56	80681,19	100980,66	36833,85	92180,9	117515,04	100980,66
<b>37 - locação de mão de obra</b>	<b>548518,66</b>	562784,48	484601,26	503593,12	63917,4	59191,36	548518,66	503593,12
39 - outros serviços de terceiros	610060,35	823930,59	499394,87	678810,1	110665,48	145120,49	610060,35	678810,1
47 - obrig. tribut. e contrib.	107,81	10331,5	107,81	6224,53	0	4106,97	107,81	6224,53
92 - despesas de exercício anterior	7473,87	15015,85	7473,87	15015,85	0	-	7473,87	15015,85
Demais elementos do grupo		0	0	0	0	0	0	0
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela XIV: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 – Investimentos</b>								

51 - obras e instalações	323147,17	0	0	0	323147,17		0	0
52 - equipamento e material permanente	180135,7	1462702,39	24455,7	612360,35	155680	850342,04	24455,7	612360,35
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

#### 2.4.2.1.3.1) Análise crítica

A execução orçamentária total no exercício foi R\$ 4.752.120,50 (Quatro milhões , setecentos e e cinquenta e dois , seiscentos e oitenta e cinco reais)

#### 2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

##### 2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Tabela XV: Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	0	49373,72	0	30300
Tomada de Preços	46.934,37	0	46.934,37	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	2.49.378,39	2027816,24	1.371.460,99	1658174,28
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	288.249,07	376933,1	224.375,13	311596,5
Inexigibilidade	15.755,00	55168,67	13.883,00	332004,1
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	1.740,00	0	1.740,00	0
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha				
Diárias	689.030,56	899960,13	689.030,56	899960,13
<b>Outras</b>				

##### 2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Tabela XVI: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
08-Outros benefícios assistenciais	8852,04	19322,24	8852,04	19322,24	0	0	8852,04	19322,24
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>								

14- diárias	689.030,56	899960,31	689030,56	899960,31	0	0	689030,56	899960,31
30- material consumo	839014,26	764911,76	564069,59	671742,61	274944,67	9316915	564069,59	22213,94
33. passagens e desp. locomoção	117515,04	193161,56	80681,19	100980,66	36833,85	92180,9	117515,04	100980,66
<b>37 - locação de mão de obra</b>	<b>548518,66</b>	562784,48	484601,26	503593,12	63917,4	59191,36	548518,66	503593,12
39 - outros serviços de terceiros	610060,35	823930,59	499394,87	678810,1	110665,48	145120,49	610060,35	678810,1
47 - obrig. tribut. e contrib.	107,81	10331,5	107,81	6224,53	0	4106,97	107,81	6224,53
92 - despesas de exercício anterior	7473,87	15015,85	7473,87	15015,85	0	0	7473,87	15015,85
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Tabela XVII: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

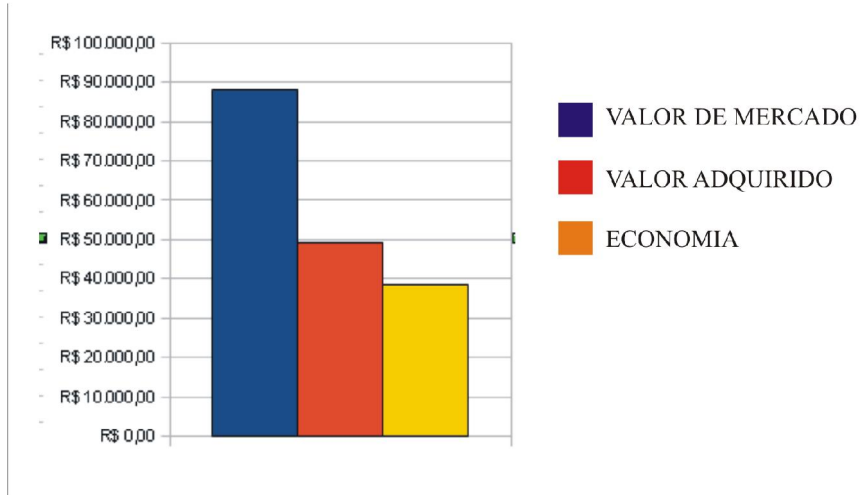
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 - Investimentos</b>								
51-51 - obras e instalações	323147,17	0	0	0	32314,17		0	0
52 - equipamento e material permanente	180135,7	1462702,39	24455,7	612360,35	15568,0	850342,04	24455,7	612360,35
Demais elementos do grupo								
<b>5 - Inversões Financeiras</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>6 - Amortização da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo								

Análise Crítica

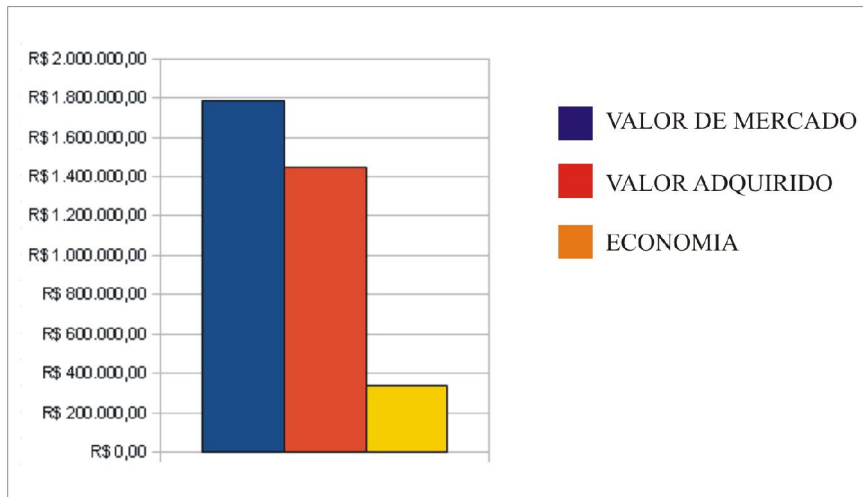
Os créditos orçamentários recebidos contribuíram principalmente para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal, permitindo assim o apoio técnico.

Abaixo tabela que demonstra a economia proporcionada aos cofres públicos através das licitações da 15ª SRPRF/RN.

MODALIDADE: CONVITE



MODALIDADE: PREGAO ELETRONICO



MODALIDADE: REGISTRO DE PREÇO - GESTOR

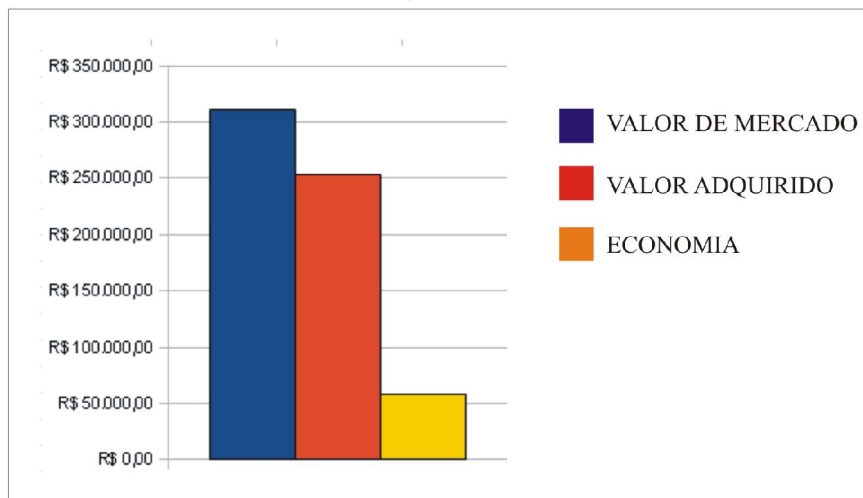


Tabela XVIII: Economia aos cofres públicos através de licitações

**COMPRAS POR LICITAÇÃO**

TIPO DE EVENTO	Nº PROCESSO	Nº DO EVENTO	VALOR DE MERCADO	VALOR ADQUIRIDO	ECONOMIA VALOR	ECONOMIA %	OBJETO	
CONVITE	08664.001.872/2008-59	01/2010	R\$ 88.134,31	R\$ 49.373,72	R\$ 38.760,59	43,98	PROJETO	
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.000.801/2010-53	01/2010	R\$ 11.908,55	R\$ 8.264,60	R\$ 3.643,95	30,6	ÁGUA E GÁS	
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.002.120/2009-96	02/2010	CANCELADO					CONCERTO VEICULOS
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.002.120/2009-96	03/2010	R\$ 39.836,79	R\$ 33.882,65	R\$ 5.954,14	14,95	CONCERTO VEICULOS	
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.001.678/2010-98	04/2010	R\$ 42.248,33	R\$ 20.660,00	R\$ 21.588,33	51,1	RELOCAÇÃO TORRES	
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.001.437/2010-49	05/2010	R\$ 450.030,36	R\$ 391.490,40	R\$ 58.539,96	13,01	VIGILÂNCIA	
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.000.888/2009-25	06/2010	R\$ 65.815,14	R\$ 54.452,39	R\$ 11.362,75	17,26	SEGURANÇA ORGÂNICA	
REGISTRO DE PREÇO	08664.002.293/2010-48	07/2010	CANCELADO					REPETIDORA
REGISTRO DE PREÇO	08664.002.293/2010-48	08/2010	NÃO FINALIZADO					MATERIAL DE SAÚDE
REGISTRO DE PREÇO	08664.002.293/2010-48	09/2010	R\$ 66.695,42	R\$ 45.820,00	R\$ 20.875,42	31,3	REPETIDORA	
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.001.707/2010-11	10/2010	R\$ 43.077,04	R\$ 32.285,16	R\$ 10.791,88	25,05	APOIO ADM.	
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.002.856/2010-06	11/2010	R\$ 48.000,00	R\$ 37.919,00	R\$ 10.081,00	21	LOCAÇÃO IMPRESSORA	
REGISTRO DE PREÇO	08664.002.043/2010-16	12/2010	R\$ 244.137,00	R\$ 207.000,00	R\$ 37.137,00	15,21	ENLACE	
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.001.769/2010-23	13/2010	R\$ 1.086.293,32	R\$ 867.102,39	R\$ 219.190,93	20,18	VIGILÂNCIA	

<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 2.186.176,26</b>	<b>R\$ 1.748.250,31</b>	<b>R\$ 437.925,95</b>	<b>20,03</b>
---------------	-------------------------	-------------------------	-----------------------	--------------

TOTAL COMPRADO **R\$ 1.748.250,31**

TOTAL ECONOMIZADO **R\$ 437.925,95**

PERCENTUAL ECONOMIZADO **20,03** %

TIPO DE EVENTO	Nº PROCESSO	Nº DO EVENTO	VALOR MÍNIMO PARA ARREMATACÃO	VALOR FINAL ARREMATADO	ARRECADACÃO %	OBJETO
LEILÃO VEICULOS	08664000440/2009-10	01/10	R\$ 35.046,00	R\$ 149.900,00	427,72%	LEILAO

Tabela XIX: Lista de Compras por Licitação

## RESUMO POR MODALIDADE

TIPO DE EVENTO	VALOR DE MERCADO	VALOR ADQUIRIDO	ECONOMIA VALOR	ECONOMIA %
DISPENSA LICITAÇÃO	-----	R\$ 345.386,71	-----	-----
INEXIGIBILIDA	-----	R\$ 63.168,67	-----	-----
COTAÇÃO ELETRÔNICA	-----	R\$ 14.038,69	-----	-----
CONVITE	R\$ 88.134,31	R\$ 49.373,72	R\$ 38.760,59	43,98
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 1.787.209,53	R\$ 1.446.056,59	R\$ 341.152,94	19,09
PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO (GESTOR)	R\$ 310.832,42	R\$ 252.820,00	R\$ 58.012,42	18,66
ADESÕES REGISTRO DE PREÇO (PARTICIPANTE)	-----	R\$ 1.478.000,87	-----	-----

Tabela XX: Resumo de licitações por modalidade

### 2.4.3) Indicadores Institucionais

#### 2.4.3.1) Programa 0663

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

<b>ÍNDICE DE ACIDENTES</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Total de Acidentes</b>	<b>3.268</b>	<b>3.933</b>
Frota Nacional (Em milhões)	<b>59,36</b>	<b>64,87</b>
Acidentes/1.000.000 veículos	<b>55,86</b>	<b>60,81</b>
Variação do Índice	-	<b>8,86%</b>
<b>Mortos</b>	<b>137</b>	<b>194</b>
Mortos/1.000.000 veículos	<b>2,36</b>	<b>2,96</b>
Variação do Índice	-	<b>25,42%</b>
<b>Feridos</b>	<b>1.682</b>	<b>2.030</b>
Feridos/1.000.000 veículos	<b>28,34</b>	<b>31,29</b>
Variação do Índice	-	<b>10,44%</b>

Fonte: DATATRAN

Tabela XXI: Índice de Acidentes Comparado

Dados da Frota Nacional de 2009 e 2010 (tomando como base o mês de Dezembro) disponibilizados no sítio do DENATRAN ([www.denatran.gov.br](http://www.denatran.gov.br)), considerando-se estes números, e ainda o total de acidentes em 2009 e 2010, podemos determinar que a taxa de acidentes por número de veículos variou de 59,36 acidentes por milhão de veículos em 2009 para 60,81 acidentes por milhão de veículos em 2010, o que representa um aumento de 8,86%, que está abaixo da meta estabelecida no Planejamento Operacional 2010, que buscava uma redução nesta taxa de 3%. A meta estabelecida para a 15ª SRPRF – RN, segundo o Anexo da Portaria 049/2010-DG/DPRF, no ano de 2010 era de 60,33 acidentes por milhão de veículos, o que demonstra que a 15ª SRPRF atingiu em 99,20% o índice determinado.

O Índice de Mortalidade teve um aumento bem acentuado (25,42%) no comparativo 2009-2010 demonstrando um aumento na gravidade dos acidentes nas rodovias federais do RN. Porém a 15ª SRPRF – RN cumpriu em 109,06% a meta estabelecida no Anexo da Portaria 049/2010-DG/DPRF que era de 3,232 mortes por milhão de veículos e atingimos o índice de 2,96. Já o Índice de Feridos em Acidentes de Trânsito tivemos um aumento de 2009 para 2010 de 10,44%.

#### 2.4.3.2) Programa 1386

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

Fórmula de Cálculo:  $I_{adq} = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$

Tabela XXII: COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

% de postos adequados fisicamente	4,63%
% de postos adequados quanto à tecnologia da informação	6,08%
% de postos adequados quanto a viaturas	6,3100%
$I_{caif} = (4,63\% + 6,08\% + 6,31\%) / 3 \times 10 = 56,74\%$	



O indicador informa que 56,74% dos postos da PRF estão adequados fisicamente.

Houve um leve aumento da melhoria dos postos em relação à 2009, ocasião em que o índice ficou em 46,18%. Ocasão em que o índice ficou 76,67%, para o exercício de 2010.

O item que mais recebeu avaliação negativa, foi o de instalações e infraestrutura, em razão da diretriz do DPRF que ficou definido, então, que as regionais deveriam prioritariamente contratar empresas especializadas para a elaboração de projetos executivos de reforma/ampliação de todos os seus postos, de tal forma que todas as demandas existentes fossem contempladas, e ao final da obra, cada posto fique plenamente adequado às atividades nele desenvolvidas. Tais projetos garantiriam, além de informações mais precisas para o planejamento, maior qualidade no acompanhamento e execução das obras. A nova metodologia resultará em obras mais vultosas, todavia, com maior durabilidade e eficácia no atingimento da meta estabelecida que é a adequação plena de todos os postos do DPRF, enfim, em obras de fato compatíveis com a dimensão dos problemas. Assim, a previsão foi de se contratar os projetos em 2008 e executar a maior parte das obras só em 2009. Porém, esta Regional não conseguiu licitar o serviço, em virtude da obra de relocação em andamento do posto localizado em São José de Mipibu e a reforma do prédio sede administrativo, ficando esta melhoria par o exercício de 2011. No entanto nesse exercício, em virtude das dificuldades na aprovação dos projetos pela Unidade central-DPRF, várias alações foram realizadas gerando assim uma certa morosidade na sua conclusão. Não ocorrendo assim execução de nenhuma reforma e manutenção, levando assim índice de postos adequados fisicamente receber avaliação negativa. Além desse quesito, foi solicitado informar se a rede era rápida o suficiente para realizar as atividades cotidianas e se era estável, sem oscilações nem quedas. Esses novos parâmetros podem ter influenciado o indicador. O sistema de radiocomunicação é outro item que também recebeu avaliação negativa, porém, se trata de um sistema que para ser melhorado, necessita de vultosas somas de investimentos.

#### 2.4.3.3) Programa 0750

Não há indicador.

### 3) RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Inexiste tal situação no âmbito da 15ª SPRF/RN

### 4) SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

#### 4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela XXIII: Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2010</b>
2009	0	0	0	0
2008	0	0	0	0
...				
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2010</b>
2009	965188,57	156810,31	808378,26	0
2008	1141998,72	77348,53	1060890,2	3759,99
...				
<b>Observações:</b>				

## 5) RECURSOS HUMANOS

### 5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Tabela XXIV: Composição do Quadro de Servidores Ativos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>				
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	223	9	(*)
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	0	0	0
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>	-	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>				
1.4.1 Cedidos	-	0	0	0
1.4.2 Removidos	-	-	9	1
1.4.3 Licença remunerada	-	1	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	-	0	0	0
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>				
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1	1	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	0	0	0
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
<b>2.3 Funções gratificadas</b>				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	26	24	9	11
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>3 Total</b>				

Fonte: Divisão de Cadastro – extração do Sistema SIAPE e SRH/DPRF

### 5.1.1) Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tabela XXV: Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	23	91	78	28	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	1	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	3	20	1	-	-

Fonte: Divisão de Cadastro – extração do Sistema SIAPE e SRH/DPRF

5.1.2) *Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010*

Tabela XXVI: Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	1	1	1	69	139	13	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	1	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	4	17	3	-	-

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Divisão de Cadastro – extração do Sistema SIAPE e SRH/DPRF

5.2) *Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas*

5.2.1) *Composição do Quadro de Servidores Inativos*

Tabela XXVII: Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1 Integral</b>		
1.1 Voluntária	2	1
1.2 Compulsório	2	1
1.3 Invalidez Permanente	20	-
1.4 Outras	108 (*)	-
<b>2 Proporcional</b>		
2.1 Voluntária	1	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	3	2
2.4 Outras	-	-

5.2.2) *Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010*

Tabela XXVIII: Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
<b>1. Integral</b>	46	5
<b>2. Proporcional</b>	0	0

5.3) *Composição do Quadro de Estagiários*

Tabela XXIX: Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	

<b>Nível superior</b>					
Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
Área Meio	4	4	3	5	R\$ 28.754,64
<b>Nível Médio</b>					
Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
Área Meio	22	23	30	28	R\$ 125.713,76



5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

5.5.1) Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Tabela XXXI: Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 15ª Superintendente Regional de Polícia Rodoviária Federal/RN													
UG/Gestão: 200123							CNPJ: 0039494940118-47						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	00018/2010	10748912/0001-08	01/12/10	30/11/11	---	---	14	14	---	---	A
2009	L	O	00006/2009	24372385/0001-86	03/04/09	31/12/10	16	16	---	---	---	---	E
2008	V	O	00012/2008	00621158/0004-21	31/12/08	16/11/10	---	---	16	16	---	---	E

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Núcleo de Serviços-Gerais (NUSEG/SAF)

5.5.2) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Tabela XXXII: Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 15ª Superintendente Regional de Polícia Rodoviária Federal/RN													
UG/Gestão: 200123							CNPJ: 0039494940118-47						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	0	00007/2009	08866722/0001-35	03/06/09	24/03/10	-	-	2	2	-	-	E
2010	1	0	00005/2010	00544298/0001-09	22/04/10	02/06/11	-	-	1	1	-	-	P
2009	1	0	00008/2009	00544298/0001-09	18/06/09	17/06/11	2	2	-	-	-	-	P
2010	1	0	00006/2010	02477341/0001-88	22/04/10	02/06/11	-	-	1	1	-	-	P

**Observação:**

**LEGENDA**  
**Área:**  
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;  
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis  
 3. Serviços de Copa e Cozinha;  
 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;  
 5. Serviços de Brigada de Incêndio;  
 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;  
 7. Outras.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Núcleo de Serviços-Gerais (NUSEG/SAF)

5.5.3) Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Tabela XXXIII: Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
00018/2010	8	4	SEDE DA 15ª SRPRF/RN
00018/2010	8	4	NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
00018/2010	8	2	1ª DELEGACIA
00018/2010	8	2	2ª DELEGACIA
00018/2010	8	2	4ª DELEGACIA
00012/2008	8	6	SEDE DA 15ª SRPRF/RN
00012/2008	8	4	NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
00012/2008	8	2	1ª DELEGACIA
00012/2008	8	2	2ª DELEGACIA
00012/2008	8	2	4ª DELEGACIA
00005/2010	1	1	SEDE DA 15ª SRPRF/RN
00008/2009	1	2	SEDE DA 15ª SRPRF/RN
00006/2010	1	1	SEDE DA 15ª SRPRF/RN
00006/2009	7	3	SEDE DA 15ª SRPRF/RN
00006/2009	7	4	1ª DELEGACIA E POSTOS
00006/2009	7	2	2ª DELEGACIA E POSTOS
00006/2009	7	3	3ª DELEGACIA E POSTOS
00006/2009	7	3	4ª DELEGACIA E POSTOS
00006/2009	7	1	NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
00007/2009	1	2	SEDE DA 15ª SRPRF/RN
00006/2010	1	1	SEDE DA 15ª SRPRF/RN
<b>LEGENDA</b>			
<b>Área:</b>			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;		5. Serviços de Brigada de Incêndio;	
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;		6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;	
3. Serviços de Copa e Cozinha;		7. Higiene e Limpeza;	
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;		8. Vigilância Ostensiva;	
		9. Outras.	

Fonte: Núcleo de Serviços-Gerais (NUSEG/SAF)

## 5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

### 5.6.1) Absenteísmo

Foram registrados, no âmbito da 15ª SPRF/RN, o total de 229 atestados médicos.

### 5.6.2) Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Não há indicadores.

### 5.6.3) Rotatividade (turnover)

Tabela XXXIV: Números de Rotatividade

Ingresso	9
Saída	2
Aposentadoria	4
total	15

### 5.6.4) Educação Continuada

As atividades de capacitação realizadas no ano de 2010 encontram-se sob a orientação e supervisão da Coordenação de Ensino do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, através da Divisão de Formação, Desenvolvimento e Cultura (DIDEC) e seu Núcleo de Formação, Qualificação e Requalificação Profissional (NUPROF); da Divisão de Concursos, Seleção e Processos (DISEPRO); da Divisão de Planejamento, Ensino à Distância e Educação para o Trânsito (DITRAN) e do Núcleo de Execução Administrativa (NUAD).

- Plano Anual de Ensino - PAE

O Plano Anual de Ensino – PAE2010, elaborado pela Coordenação de Ensino em parceria com representantes de todas as Coordenações do DPRF, teve como objetivo principal orientar as ações de capacitação com base nas demandas de todas as Coordenações-Gerais, Coordenações, Superintendências e Distritos Regionais e nas diretrizes da Direção-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Todas as ações de capacitação encaminhadas pelas diversas áreas foram analisadas pela Coordenação de Ensino e organizadas de forma a atender ao máximo as necessidades de cada área dentro do orçamento destinado para capacitação no atual exercício. Os eventos foram formatados de modo a atender solicitações de várias áreas diferentes com um objetivo comum.

A destinação de recursos para atender demandas específicas de cada Regional também fez parte do PAE/2010. Esses recursos foram liberados para as Regionais, mediante apresentação à de proposta de realização dos cursos, considerando não apenas a aprovação da COEN como também das áreas do DPRF com relação direta na aplicação dos ensinamentos propostos.

No ano de 2010 foram realizadas 106 (cento e seis) ações de capacitações presenciais no âmbito da 15ª SPRF/RN, atingindo um público total de 603 policiais rodoviários federais,

O produto resultante das ações de capacitação é medido em unidades de capacitação, ou seja, a quantidade de servidores que participam de eventos de capacitação com a frequência mínima e/ou obtendo resultado de aptidão. Dessa forma, para um efetivo médio de 223 servidores, alcançamos o índice de 2,7 unidades de capacitação por servidor.



Observa-se, abaixo, que o número de capacitação mensal atingiu o pico no mês de setembro e que mais da metade das capacitações realizadas no ano ocorreram entre os meses de junho e setembro de 2010.

Tabela XXXV: Número de capacitações alcançadas mês a mês em 2010

Responsáveis pelos eventos	JAN	FEV	MA R	ABR	MAI	JUN	JUL	AG O	SET	OUT	NO V	DEZ	Totais
Evolução 2010	13	52	27	42	27	85	77	63	86	29	61	41	603

- Programa de atualização do efetivo policial do DPRF

Em 2010, as ações voltadas à execução do Programa de Atualização do Efetivo Policial atingiram 162 servidores, no somatório dos quatro módulos lançados a partir de 2007 .

*O Módulo I - Técnicas de Abordagem e Técnicas de Defesa Policial*, iniciado no último trimestre de 2007 , atingiu 12 servidores em 2010, acumulando 179 servidores capacitados ou seja, 80,27 % do efetivo total da 15ª SPRF/RN

*O Módulo II – Armamento e Tiro, Uso Legal e Progressivo da Força*, iniciado no último trimestre de 2008, no total de 09 servidores capacitados, acumulando a marca de 181 servidores capacitados, ou seja, 81,16 % do efetivo total.

*O Modulo III - Policiamento e Fiscalização com uso Talão Eletrônico*, implementado também a partir do 4º trimestre de 2008, foi o módulo que alcançou o maior quantitativo de servidores no ano de 2010 foram 93 servidores capacitados ou seja 41,70% do efetivo policial.

*O Módulo IV– Levantamento de Local de Acidente de Trânsito*, incluído no projeto do Programa de Atualização Policial a partir de novembro de 2009, teve 53 servidores capacitados no ano de 2010 e soma o equivalente a 181 servidores capacitados desde sua implementação – ou 81,16 % do efetivo policial da 15ª SPRF/RN.

O Programa de Atualização do Efetivo Policial - PAP tem se mostrado como importante ferramenta para estimular as ações de capacitação no âmbito das Regionais do DPRF, além de propiciar a padronização de procedimentos nas principais áreas de atuação dos servidores da atividade-fim.

Ademais, é instrumento democrático do ensino pois visa à capacitação de todo o efetivo policial, independente da lotação ou tempo de serviço do servidor.

- Execução dos módulos em quantitativos anuais

A tabela abaixo nos mostra que foram realizadas 701 capacitações voltadas ao cumprimento do Programa de Atualização do Efetivo Policial, representando mais de 40% de todas as capacitações executadas entre os anos de 2007 e 2010.

Tabela XXXVI: Execução dos módulos em quantitativos anuais

Módulos	2007	2008	2009	2010
<i>Módulo I</i>	58	109	0	12
<i>Módulo II</i>	-	32	140	9

<b>Módulo III</b>	-	43	24	93
<b>Módulo IV</b>	-	-	128	53
<b>Totais</b>	58	184	292	167

- Habilitação para uso de técnicas e tecnologias de menor potencial ofensivo - Espargidor OC e Dispositivo de Condução de Energia – DCE

A partir de 2009, o DPRF iniciou a realização de eventos com o objetivo de habilitar os policiais rodoviários federais de todo o país, tendo em vista a aquisição de equipamentos de menor potencial ofensivo, no caso, o Espargidor OC e o Dispositivo de Condução de Energia-Taser.

Dessa forma, ao final de 2010, alcançamos os resultados conforme abaixo:

No total, foram 50 capacitações no ano de 2010, representando 47,17% das capacitações realizadas no ano de 2010.

- Das ações de ensino à distância

As ações de ensino a distância no ano de 2010 foram realizadas em dois ambientes distintos: o Segurança e Educação ao Alcance de Todos – SEAT, ambiente de ensino a distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, e a Unidade de Ensino a Distância do DPRF – UnED. Porém não foi contabilizado por esta Unidade a quantidade de servidores capacitados com uso desta ferramenta.

- Curso de atualização para gestores

Evento que teve como público alvo os Chefes de delegacia, Seção de Policiamento e Fiscalização das Superintendências Regionais, dos Núcleos de Policiamento e Fiscalização dos substitutos dos superintendentes. Foram disponibilizados os materiais utilizados pelas disciplinas presenciais e também conteúdos suplementares que puderam ser acessados a qualquer momento pelo alunos inscritos no curso presencial.

- Curso de formação de gestores para desenvolvimento profissional

Este curso teve como objetivo preparar e atualizar Orientadores de Cursos e Formadores de novos Instrutores para o DPRF nas várias áreas de atuação da Coordenação de Ensino, nos cursos de formação, atualização e especialização, conforme Catálogo de Cursos e outros recepcionados pelo DPRF. Houve muitas discussões nos fóruns e a disponibilização materiais de apoio que colaborou na execução do curso.

- Das ações de educação para o trânsito

As ações de educação para o trânsito do DPRF estão previstas na Ação 8692, verba específica para ser usada com usuários das rodovias federais. Em âmbito nacional, as ações são coordenadas pela própria DITRAN. Já em âmbito regional, a responsabilidade pelas ações de educação para o trânsito é da Comissões Regional de Educação para o Trânsito – CRET, nomeadas pelos superintendentes e chefes de distrito. Toda e qualquer ação de educação para o trânsito que ocorre promovida pelas CRET's deve passar pelo crivo da DITRAN e posteriormente os resultados devem ser encaminhados para controle e relatório. No ano de 2010, a DITRAN passou a adotar o

procedimento de liberar verba apenas para ações de educação para o trânsito que apresentassem projeto básico detalhando metas e custos, dentre outros.

A DITRAN utiliza o sistema EDUCATRAN, ambiente criado para controle das ações de educação para o trânsito em todo o Brasil. Porém, no ano de 2010, a versão que estava sendo utilizada apresentou problemas de operação e teve de ser substituída.

Durante o ano de 2010 as ações de educação para o trânsito sofreram uma redução considerável, tendo em vista a restrição de publicidade institucional imposta pelo período eleitoral. Vários foram os questionamentos encaminhados as áreas responsáveis sobre a real necessidade de suspensão das atividades imposta por documento encaminhado as regionais. Infelizmente não se obteve uma resposta finalística a questão ficando o processo de conscientização, educação e redução de futuros acidentes prejudicada. Mesmo assim vários projetos foram executados fora do período compreendido entre os meses de junho e novembro.

O Núcleo de Ensino desenvolveu em 2010, um elevado número de ações que representaram em um acréscimo de 37,66% no número de capacitações em relação ao ano de 2009.

Além do acréscimo no número de ações e unidades de capacitações executadas, observamos uma distribuição mais homogênea das ações no que tange ao número de servidores atingidos em toda a Regional, desde os que atuam na área finalística e até o superintendente.

#### 5.6.5) Satisfação e Motivação

Não há indicadores

#### 5.6.6) Disciplina

Os objetivos, metas e indicadores definidos no planejamento para o exercício de 2010 foram os seguintes:

- MACRO-OBJETIVO 01

**COMBATER AS OCORRÊNCIAS GERADORAS DE PROCESSOS DISCIPLINARES POR MEIO DE AÇÕES PREVENTIVAS, REPRESSIVAS E CORRETIVAS.**

**Meta 1:** Reduzir o número de ocorrências geradoras de ações de correição (quantificadas pelo número de entrada de procedimentos autuados de natureza correicional envolvendo servidores do DPRF) em no mínimo 10% até o final de 2010, tendo em vista que o número de procedimentos autuados encontram-se dentro de patamares aceitáveis.

**Meta 2:** Realizar palestras, em todas as Delegacias e para o efetivo da Sede, bem como realizar 6 (seis) palestras para os cidadãos, nos termos do projeto corregedoria participativa, sendo que duas palestras serão realizadas no interior do Estado.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Quantidade de Processos na Unidade	49	44	43	41	42	42	56	62	67	73	71	72
Denúncias autuadas	4	2	3	0	4	2	14	6	5	6	3	4
Em diligências preliminares	19	20	19	17	18	17	31	37	42	45	38	42
Em análise	4	0	0	0	1	1	1	1	1	1	7	5
Aguardando instauração	19	20	17	15	12	17	17	10	6	4	5	5
SAI em Andamento	0	1	3	3	3	1	0	0	0	1	1	1
SAD em Andamento	0	0	1	1	2	2	2	5	5	5	2	2
PAD em Andamento	0	0	1	3	4	1	1	4	8	10	9	8
Aguardando Julgamento	3	3	2	2	2	3	4	5	5	7	9	9
Processos não instaurados – Encerrados	4	4	2	2	3	0	0	0	0	0	5	2
Processos instaurados – Encerrados Sem Punição	1	2	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Processos instaurados – Encerrados Com Punição	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tipo de Punição – Advertências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tipo de Punição – Suspensões	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tipo de Punição – Demissões	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tipo de Punição – Cassações de Aposentadoria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Notas de Culpa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penalidades prescritas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de Encerrados	5	6	4	2	3	2	0	0	0	0	5	3
Total de Punições Aplicadas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Tabela XXXVII: Movimentação cartorial em 2010

Verificamos pelos dados apresentados quanto à movimentação cartorial da Corregedoria Regional da 15ªSRPRF/RN, que esta não obteve êxito em atingir a meta de redução em 10% o número de autuações, tendo em vista que, com a publicação da IN n. 001/2010-CG/DPRF, com a padronização dos procedimentos, passamos a autuar toda e qualquer denúncia que fosse formulada perante a Corregedoria Regional, com ressalva apenas quanto às denúncias anônimas. Assim, houve um aumento considerável no número de entrada de processos na Unidade durante todo o ano de 2010.

- MACRO-OBJETIVO 02

PROVER A CORREGEDORIA DO DPRF DE MAIOR SUPORTE PARA BEM DESEMPENHAR SUAS ATIVIDADES

**Meta 1:** Melhorar os índices de nível de qualidade técnica, bem como aumentando a capacidade de processamento da regional em 10% até o final de 2010.

**Meta 2:** Melhorar o nível de suporte logístico e de recursos humanos.

Com relação a capacidade logística e de recursos humanos da Corregedoria Regional, houve lotação de 02 servidores na Corregedoria Regional, que trabalham mais diretamente na apuração dos ilícitos, o que possibilitou a instauração de diversos procedimentos no ano. Entretanto, houve prejuízo grande na área investigativa, já que houve a dispensa do Chefe do Núcleo de Assuntos Internos, estando tal núcleo desde o mês de agosto de 2010 sem titular.

- MACRO-OBJETIVO 03

#### REDUZIR O NÚMERO DE PROCESSOS DISCIPLINARES PENDENTES JUNTO ÀS UNIDADES CORREICIONAIS

**Meta:** Reduzir o número de procedimentos disciplinares pendentes na Corregedoria em no mínimo 30% até o final de 2010, pois houve um aumento na demanda reprimida desta Regional em virtude da dificuldade de se formar Comissões e não haver uma Comissão Permanente.

Com relação à instauração de procedimentos disciplinares, obtivemos êxito, atingindo a meta de instaurações previstas para o ano de 2010, diminuindo, assim, o quantitativo de processos aguardando instauração.

- MACRO-OBJETIVO 04

#### CAPACITAR NÚMERO ADEQUADO DE SERVIDORES PARA EMPREGO EM AÇÕES DE CORREGEDORIA

**Meta 1:** Organizar treinamentos de servidores em Corregedoria para adequação do banco de talentos da Unidade.

**Meta 2:** Promover o aproveitamento, ao longo do exercício de, no mínimo, 50% do efetivo capacitado.”

Devemos ressaltar que, a situação da Corregedoria Regional da 15ª SRPRF/RN deve ser vista com cautela, sendo preocupante, pois, dentre outros fatores menos relevantes, evidencia-se o problema relativo ao efetivo lotado na área correicional, que é pequeno; o quantitativo de procedimentos existentes na Corregedoria Regional é grande, principalmente os que necessitam de investigações preliminares; e por fim, um dos maiores problemas atuais é o fato de, até o momento, não ter sido nomeado novo Chefe para o Núcleo de Assuntos Internos da 15ªSRPRF/RN, prejudicando sobremaneira os trabalhos da área correicional da Regional.

##### 5.6.7) Desempenho funcional

Não há indicadores

##### 5.6.8) Níveis Salariais

Policial Rodoviário Federal - Nível Superior -			
			1-Jul-10
CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO (R\$)	SUBSÍDIO APOSENTADO (R\$)
INSPETOR	III	10544,14	10544,14
	II	10237,03	10237,03
	I	9938,87	9938,87
AGENTE ESPECIAL	VI	9376,29	9376,29
	V	9103,19	9103,19
	IV	8838,05	8838,05
	III	8580,63	8580,63
	II	8330,71	8330,71
	I	8088,07	8088,07
AGENTE OPERACIONAL	VI	7443,29	7443,29
	V	7369,6	7369,6
	IV	7296,63	7296,63
	III	7224,39	7224,39
	II	7152,86	7152,86
	I	7082,04	7082,04
AGENTE	I	5804,95	5804,95

Tabela XXXVIII: Níveis Salariais do Cargo Policial Rodoviário Federal

Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
(Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal)

- Nível Auxiliar -										julho de 2009			
CLASS	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		GEEA/PRF	GDAT/PRF (*)		ATIVO (em R\$)		COMPRF (*)	APOSENTADO	GDAT/PRF R\$/pont	Pontos Ativos - art 158	Valor Aposentados R\$
		A	B		80 pts	100 pts	80 pts	100 pts	50 pts	TOTAL (em R\$)			
					C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)			
II		1660,4	140,00		318,40	398,00	2.119,4	2.198,4	199,00	1.999,4	3.960	80	199,00
Especial	I	1657,4	139,00		315,56	394,45	2.112,00	2.191,9	197,23	1.993,7	3.944,5	80	197,23
		1654,5	138,00		312,74	390,93	2.105,9	2.183,8	195,47	1.987,2	3.909,3	80	195,47

Tabela XXXIX: Níveis salariais dos servidores do Plano Especial de Cargos

### 5.6.9) Demandas Trabalhistas

Não há indicadores

## 6) TRANSFERÊNCIAS

### 6.1) Transferências efetuadas no exercício

Tabela XL: Transferências efetuadas no exercício

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

## 7) INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV

Declaramos que as informações referentes a contratos, convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados pela 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

PAULO ROBERTO CUNHA FIGUEIREDO DE SOUZA  
Chefe da Seção Administrativa e Financeira

## 8) DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

Declaramos, para fins de composição do Relatório de Gestão da 15ª SRPRF, exercício de 2010, que os servidores desta Superintendência encontram-se com suas declarações de Bens e Rendas atualizadas nesta Seção de Recursos Humanos, de acordo com a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

LUIZ IDALINO CÂMARA PINHEIRO  
Chefe da Seção de Recursos Humanos

## 9) FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

### 9.1) Estrutura de controles internos

Tabela XLI: Estrutura de controles internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		x			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				



16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	x				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	x				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	x				
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		x			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
<p style="text-align: center;"><b>Considerações gerais:</b> Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada.</p> <p style="text-align: center;">Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada.</p> <p style="text-align: center;">Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem se empenhado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 10) GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Tabela XLII: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					x
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Economia de energia				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					x
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Toner				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					x
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		x			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no					

contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 11) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

#### 11.1.1) Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União

Tabela XLIII: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Rio Grando do Norte	10	10
	Subtotal Brasil	10	10
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		10	10

#### 11.1.2) Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros

11.1.3) Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

Tabela XLIV: Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200123	1761.00376.500-0	13	Regular	-	22/01/09	1308251,28		
200123	1601.00112.500-3	18	Regular	-	22/01/09	23986,88	0	0
200123	164100003.500-0	18	Regular	-	22/01/09	25787,17	0	0
200123	1651.00022.500-0	18	Regular	-	22/01/09	34225,2	0	0
200123	1733.00012.500-4	18	Regular	-	22/01/09	26986,88	0	0
200123	1741.00027.500-7	18	Regular	-	22/01/09	29986,88	0	0
200123	1841.00004.500-8	18	Regular	-	22/01/09	31207,19	0	0
200123	1759.00093.500-0	13	Regular	-	22/01/09	56169,01	0	0
200123	1759.00067.500-8	18	Regular	-	22/01/09	347117,25	0	0
200123	1759.00066.500-2	18	Regular	-	22/01/09	32025,6	0	0
<b>Total</b>								

Fonte: Núcleo de Patrimônio e Material (NUPAT/SAF)

## 12) GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Tabela XLV: Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				x	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x	
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.		2			
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				x	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				x	
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					x
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	x				
<b>e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.		25,00%			
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				x	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	
Considerações Gerais: A metodologia utilizada na avaliação dos quesitos baseia-se na observação do chefe do Núcleo de Telemática da 15ª SPRF sobre toda a Regional, considerando o histórico anual, acerca dos assuntos					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

### 13) CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

A 15ª SRPRF/RN não fez uso de qualquer cartão de pagamento do governo federal no exercício de 2010.

### 14) RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Inexiste tal situação no âmbito da 15ª SRPRF/RN.

### 15) DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO

#### *15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício*

Não houve.

#### *15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício*

Não houve.

### 16) RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO

#### *16.1) Recomendações do OCI atendidas no exercício*

Não houve.

#### *16.2) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício*

Não houve

## **B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RN		200123	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li><li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n.º	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes  
COORDENADOR PROQ/SEM/J  
Coordenador